

A detailed architectural line drawing of the main entrance of the University of Paraná. The drawing shows a grand portico with several tall, fluted columns supporting a heavy entablature. The pediment above the columns is inscribed with the words 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. To the right of the portico, there are several arched windows with decorative elements. The drawing is executed in a fine-line, etched style.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA FRANCIELI SOKULSKI OPALINSKI

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

CURITIBA
2018

MARIA FRANCIELI SOKULSKI OPALINSKI

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Silvana Hoeller.

CURITIBA

2018

A Educação do Campo no Município de Araucária

Maria Francieli Sokulski Opalinski

RESUMO

O seguinte estudo apresenta uma análise e reflexão da Educação do Campo no Município de Araucária. A partir dos dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica com autores relacionados ao tema e de análise dos relatórios com profissionais que atuam no campo dentro do município em questão, foi possível evidenciar a importância do conhecimento sobre as questões voltadas à educação do campo e sua legislação, bem como, da necessidade das formações voltadas para esses profissionais respeitando às especificidades dentro da realidade do campo. A partir da visão dos professores que puderam participar do curso de extensão GPEDI (Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão), ofertado pelo município de Araucária em parceria com a UFPR (Universidade Federal do Paraná) podemos concluir que trabalhar no campo oferece diversos desafios devido as especificidades, porém que é um trabalho que deve respeitar acima de tudo o estudante, que ensine as propriedades necessárias para formação de um cidadão, mas também respeite sua cultura rural e permita uma educação respeitosa, orgulhosa de viver no campo e inclusiva e que a partir desta semente plantada muitos outros possam se espelhar para reunirem seus grupos em busca da melhoria continua.

Palavras-chave: Educação do Campo. Especificidades. Formação.

INTRODUÇÃO

A educação não pode ser tratada como um todo, pois as diferenças regionais, culturais, étnicas, de cidadania, de localização, entre outras, devem ser abordadas de forma clara para que o conhecimento de fato seja transmitido de

forma adequada, sendo que a educação do campo enfrenta muitos desafios devido a suas especificidades. Podemos dizer que a educação só poderá ser para todos quando atender a cada ser humano com a devida necessidade.

A educação do campo possui uma história de luta bem longa, bem como várias diretrizes e leis que amparam suas especificidades, que foram criadas ao decorrer de muitos anos, visto as dificuldades dos profissionais para atender a demanda de ensino no campo, que muitas vezes não são conhecidas ou muito disseminadas.

Diante disso, é possível enfatizar a importância do estudo relacionado à educação do campo, principalmente para os profissionais que atuam ou pretendem atuar em tal área, para entendimento da necessidade e dos benefícios de se trabalhar em sala de aula respeitando as especificidades da escola do campo, servindo como suporte teórico para a compreensão do trabalho a ser desenvolvido e também das legislações que amparam as tarefas desses profissionais.

O presente artigo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas e análise de relatórios caracterizada como uma pesquisa qualitativa de caráter participativo. A primeira etapa ocorreu com o levantamento dos dados bibliográficos por meio da pesquisa de livros, artigos, legislação e demais documentos relacionados à educação do campo trazendo a contribuição de autores renomados como Freire, Santos e Almeida que abordam a educação do campo e suas particularidades, a fim de identificar a sua história e também as especificidades da educação do campo e de levantar dados municipais que definem como ocorre a educação do campo no município de Araucária – PR, a legislação existente, políticas públicas e demais documentos nacionais, estaduais e municipais que amparam o ensino no campo. A segunda etapa ocorreu com a análise dos relatórios elaborados por profissionais que participaram do curso de extensão. Para análise, foram retirados trechos dos relatórios elaborados por profissionais que participaram do curso de extensão GPEDI, ofertado pelo município de Araucária em parceria com a UFPR, por meio de seus multiplicadores, na qual teve a participação desta pesquisadora. Os trechos retirados para análise demonstram a visão dos educadores do município sobre a realidade do ensino no campo no município, a mudança que desejam e esperam que ocorra e suas considerações sobre o processo de formação por meio da multiplicação. Os relatórios contemplavam os aspectos da educação do campo

tratada nas unidades do município, abordando a questão do pré e pós GPEDI, apresentando os encaminhamentos que foram realizados no município a partir do curso de extensão e as sugestões dos profissionais para melhoria contínua do trabalho.

Logo, a pesquisa em questão contribui para o conhecimento histórico da educação do campo, das políticas educacionais que a amparam e para entendimento da importância das formações voltadas para suas especificidades, levantadas a partir do ponto de vista dos profissionais envolvidos, para que todos os interessados conheçam os direitos relacionados à educação do campo, que muitas vezes não são cumpridos pelo poder público, além de propiciar maior conhecimento para atuar com a diversidade, também possam expor e dialogar sobre pontos positivos e negativos, intencionalizando aprendizados e fomentando autonomia dos sujeitos.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para entendermos a educação do campo é necessário conhecer um pouco da sua história. De acordo com Silva Filho, Silva e Oliveira (apud FERREIRA; BRANDÃO, 2011, p.5) nos primórdios da organização política legislativa brasileira podemos afirmar que a educação do campo esteve completamente esquecida. Após a proclamação da República, em 1889, a organização da educação brasileira sofreu influência da Filosofia positivista Francesa que tinha como atributo estimular e exaltar a industrialização moderna, não tendo nenhuma preocupação com as outras formas de organização da sociedade como daqueles que residem e produzem no campo.

Por volta do século XX a população é predominantemente rural, podemos ver que na primeira lei brasileira, a Constituição de 1934, sobre educação, não se preocupava com políticas voltadas ao campo, falando apenas em um artigo, de forma superficial, no qual orientava apenas das cotas do orçamento destinado à educação do campo, persistindo o descaso na Constituição de 1937 (SILVA FILHO; SILVA; OLIVEIRA; 2014, p. 3).

Ao longo dos anos o Brasil possui diversos estudos e discussões acerca da política educacional e da realidade camponesa, pois historicamente, a educação em seu modelo urbano-tecnocrata desvaloriza a vida do camponês e supervaloriza

o modelo de vida urbano, por isso, a introdução de uma educação atenta às especificidades intrínsecas à vida do campo, faz-se necessária como ferramenta de valorização desta, de modo à desmistificar a ideia de que o campo é atrasado e pobre culturalmente (SILVA FILHO; SILVA; OLIVEIRA; 2014, p. 1).

AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para Freire (1981, p. 26) os camponeses possuem sua capacidade criadora da qual suas cabeças não devem ser enchidas de conhecimento vazio, de conhecimento do qual não agrega nem ao seu trabalho nem a sua vida como ser social, mas de conhecimento que visa a melhoria do seu trabalho, da sua produtividade e conseqüentemente da vida no país.

Subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que se achem tentar “enchê-los” com o que aos técnicos, lhes parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante. Não queremos, contudo, com isto dizer que os camponeses devam permanecer no estado em que se encontram com relação a seu enfrentamento com o mundo natural e à sua posição em face da vida política do país. Queremos afirmar que eles não devem ser considerados como “vasilhas” vazias nas quais se vá depositando o conhecimento dos especialistas, mas, pelo contrário, sujeitos, também, do processo de sua capacitação. Capacitação indispensável ao aumento da produção, cuja necessidade, demasiado óbvia, não necessita ser discutida. O que, porém, não apenas se pode, mas se deve discutir, é a forma de compreender e de buscar o aumento da produção (FREIRE; 1981, p. 26).

Freire (1987, p. 26) ainda relata, em seus estudos, que o modelo técnico, ditado pela chamada burocracia estatal, impõe a todos os estudantes, um conhecimento pré-estabelecido por técnicos que não contribui para a realidade existente na escola do campo e acaba por reprimir as pessoas que a este conhecimento são cominadas.

O que interessa ao poder opressor é enfraquecer as oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio das quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que as ajudam (FREIRE; 1987, p. 87).

Assim também para Santos (2006, p. 327) a cultura é de extrema importância para aquele que aprende. As pessoas devem conhecer e sentir orgulho do meio

em que vive, aprender para melhorá-lo e para dar continuidade na mudança de forma a progredir respeitando as especificidades e as tradições de forma a alcançar o mundo sem mudar sua essência de camponês.

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo. Essa busca de caminhos é, também, visão iluminada do futuro e não apenas prisão em um presente subalternizado pela lógica instrumental ou aprisionado num cotidiano vivido como preconceito (SANTOS; 2006, p. 327).

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

O município de Araucária apresenta uma área de 471.337 km quadrados, sendo a área rural de 376.850 km quadrados, ou seja, 81% da sua área total é de campo (ARAUCÁRIA; 2018).

Na década de 70, o município de Araucária apresentava uma população rural de 68%, já no ano de 2012, a porcentagem de população rural caiu para 7,5%, uma queda extremamente significativa ocasionada pela migração da população rural para a cidade devido o desenvolvimento da industrialização local, isso pode ser observado através do diagnóstico de 2010 para a implantação das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação do Campo, promovido pela Secretaria Municipal da Educação de Araucária, o qual aponta que, na medida em que houve um aumento do número de indústrias em 1970, conseqüentemente diminuiu a população rural. Durante esse processo de migração, muitas escolas até então chamadas de rurais (escolas isoladas como eram chamadas) foram sendo consolidadas com o discurso de que haveria uma economia para os cofres públicos; de 21 escolas o processo de consolidação reuniu os alunos das localidades menores em três escolas de maior porte. Hoje, o município conta com apenas seis escolas municipais que são consideradas do campo, uma destas escolas da rede municipal oferta atendimento aos anos finais do ensino fundamental, porém já está em processo de estadualização. Outras três escolas trabalham em dualidade com o Estado, ofertando, o município, educação infantil e anos iniciais e o Estado anos finais e ensino médio. Há também três Centros Municipais de Educação Infantil que são considerados do campo (ARAUCÁRIA, 2015, p. 21).

A tabela a seguir nos mostra as unidades educacionais do campo e a quantidade de alunos atendidos em cada uma delas, a partir dos dados do SERE – Sistema Estadual de Registro Escolar (QUADRO 1).

QUADRO 1 – UNIDADES EDUCACIONAIS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PR / QUANTIDADE DE ALUNOS ATENDIDOS

| Unidade Educacional | Estudantes EF – Anos Iniciais | Estudantes EF – Anos Finais | Crianças Ed Infantil | Professores | Educadores |
|---------------------|-------------------------------|-----------------------------|----------------------|-------------|------------|
| Andréa Dias | 198 | - | - | 16 | - |
| Castelo Branco | 100 | - | 13 | 6 | - |
| Rui Barbosa | 100 | - | 15 | 7 | - |
| Sperandio | 162 | - | 13 | 20 | - |
| Edvino | 122 | - | 19 | 10 | - |
| Rosa Picheth | 215 | 203 | 29 | 36 | - |
| CMEI Capinzal | - | - | 71 | 5 | 10 |
| CMEI Guajuvira | - | - | 96 | 4 | 11 |
| CMEI Tietê | - | - | 86 | 5 | 10 |

FONTE: SERE (setembro, 2018).

A educação do campo em Araucária fundamenta-se na legislação que a orienta, nas esferas federal, estadual e municipal. A educação do campo pelas diretrizes operacionais da Educação básica tem sua primeira grande conquista em relação aos sujeitos sociais coletivos do campo na esfera federal, pela resolução para as escolas do Campo, CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica) nº 1, de 03 de abril de 2002. Na esfera estadual, encontramos as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. No município, percebemos maior relevância do tema nas diretrizes Municipais de Educação de 2012 e nos planos municipais de 2008 e 2015. As diretrizes reforçam a importância da identidade dos povos do campo e a formação específica para profissionais que atuam nas unidades educacionais do campo, buscando atender a especificidade de sua realidade, visto que a formação acadêmica dos profissionais que atuam nas escolas do campo é pautada numa lógica urbana.

O Plano Municipal de Educação - Lei nº 2848/2015 - em sua meta 12 refere-se à Educação no Campo e apresenta: “Efetivar a educação básica nas comunidades do campo” (ARAUCÁRIA, 2015, p. 327). A meta nos traz onze estratégias que buscam superar os principais desafios das escolas do campo no município, como a ampliação da oferta da educação infantil, a garantia do atendimento educacional especializado, a oferta da EJA – Educação de Jovens e Adultos nas comunidades do campo, a garantia da identidade e cultura dos povos do campo, garantia do transporte escolar, entre outras.

O Conselho Municipal de Educação - CME/Araucária em sua resolução nº 01/2012 também aborda políticas públicas voltadas para a educação do campo que se assemelham ao que contempla nas diretrizes e plano municipal (ARAUCÁRIA, 2012).

Porém, apesar dos documentos, das políticas apresentadas, a realidade da educação do campo no município ainda é um grande desafio. Muita coisa ainda está somente no papel e não ocorre na prática. Não há um currículo adequado, todas as escolas do município seguem um mesmo planejamento, chamado de Planejamento Referencial (ARAUCÁRIA, 2016). Dentro desse planejamento não há nada em específico para a educação no campo. O mesmo conteúdo se dá para escolas urbanas e do campo. A formação dos profissionais se faz com outros profissionais do município, o transporte dos alunos ao início de cada ano se torna um problema, os estudantes passam muito tempo dentro do transporte não sendo respeitado o tempo estipulado dentro do PME (Plano Municipal De Educação). As escolas e CMEI's precisam ser vistos como espaços de referências na identidade do campo, respeitando suas especificidades e seus sujeitos, contemplando como ponto de partida a cultura do sujeito do campo.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ARAUCÁRIA: OLHARES A PARTIR DAS (OS) EDUCADORAS (RES)

No ano de 2017 um convite especial chegou às unidades educacionais do Campo de Araucária: a oportunidade de um curso de especialização ofertado pela UFPR. Foi então que dez profissionais aceitaram o desafio e participaram do GPEDI. A partir de então a educação do campo no município de Araucária começava a mudar aos poucos sua história. As dez profissionais se tornaram

multiplicadoras no município e conseguiram realizar uma formação específica para os profissionais que atuam no campo: um curso de extensão, em parceria com a UFPR. Foram atingidos cerca de 150 profissionais do município. As formações aconteceram na hora-atividade dos profissionais que atuavam em CMEI's – Centros de Educação Infantil, escolas municipais e estaduais localizadas no campo; também puderam participar pais de estudantes que fazem parte do conselho escolar, estudantes do magistério e profissionais que estão atualmente na Secretaria Municipal de Educação.

Gestão democrática, educação inclusiva, educação no campo e educação infantil foram os temas abordados com os grupos, buscando sempre resgatar todos esses temas dentro de uma perspectiva da realidade no campo. No período da multiplicação foram realizados três seminários locais de Educação do Campo, em três comunidades distintas e além dos profissionais estavam envolvidos neles a comunidade, comerciantes, agricultores locais, talentos locais e outras secretarias do município como a SMAG – Secretaria Municipal de Agricultura, SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. A realização dos seminários foi um marco na educação do campo em Araucária e a partir de então, serão realizados seminários locais de educação do campo com periodicidade anual.

Findo o curso de extensão, foi solicitado aos participantes que elaborassem um relatório final, podendo ser realizado por unidade educacional, no qual deveriam expor suas considerações sobre o curso e também sobre a realidade das escolas e CMEI's do campo no município de Araucária. A partir da análise desses relatórios é possível perceber que a maioria dos profissionais destaca as mesmas dificuldades nesta modalidade de educação no município, esses profissionais possuem os mesmos desejos de mudança e apresentam ideias próximas em relação ao resultado deste processo de formação.

Ao questionar os profissionais sobre o respeito ao sujeito do campo e a valorização de sua realidade houveram os seguintes relatos:

O curso de extensão contribuiu para que a comunidade escolar tenha um novo olhar para a educação do campo voltada para o campo, levando em consideração suas especificidades com um olhar democrático uma vez que necessitamos escutar e dar voz aos outros (Profissionais do Centro Municipal de Educação Infantil Tietê).

Nosso desafio de agora em diante é transformar o conhecimento adquirido no decorrer desta formação em prática no nosso dia a dia em sala de aula, destacando nosso papel de contribuir com o processo de organização do povo que vive no campo e a necessidade de estarmos nos capacitando permanentemente (Arlete Burda Ribinski, Evani Gomes dos Santos, Luci Tulik Klechevicz).

Outro ponto perceptível nos relatórios é a importância do envolvimento dos profissionais nessa causa. Não podemos somente esperar que as coisas aconteçam, precisamos lutar por elas, buscar meios de contribuir para a melhoria na educação de nossas escolas. No processo de multiplicação muito se falou sobre o Empoderamento, segundo Freire (1992, pág. 52 à 94). O conceito de Empoderamento em Freire segue a lógica de que o educador, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer. Portanto nós temos o poder de mudar, de transformar nossas realidades.

Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva (SILVA; LEITE apud SCHIAVO; MOREIRA, 2016, pág. 7).

Sobre esse empoderamento os profissionais destacam:

Muitos desafios foram lançados e sentidos como necessidades a partir desta formação. Necessitamos de maior fortalecimento dos grupos sociais do campo, para que ao conhecerem seus direitos, lutem para que estes se efetivem de verdade, busquem os responsáveis por assegurar seus direitos e cobrem com propriedade a garantia destes (Profissionais da Escola do Campo Municipal Rui Barbosa).

Um educador do povo do campo precisa reconhecer os sujeitos; a realidade histórica e a existência do campo; ver a educação como ação que promova o desenvolvimento humano e a formação de sujeitos; compreender essa formação; participar de suas lutas sociais; lutar por políticas públicas; provocar debates; aprender a ajudar sobre o cuidado e cultivo da terra; aprender sobre movimentos sociais; tornar a escola um lugar de formação dos sujeitos do campo e deixar-se educar pelos sujeitos do campo pois tem muito conhecimento que precisa ser valorizado e

compartilhado (Profissionais do Centro Municipal de Educação Infantil Guajuvira).

O campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos (CALDART, CERIOLI, FERNANDES; 2004, p. 1 à 27). É importante que a educação no campo se coloque na luta pelos direitos: direito ao saber, ao conhecimento, à cultura produzida socialmente. Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 15) consideram a educação como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo.

Ao analisar os relatórios percebeu-se, que o curso de extensão no município teve um resultado muito positivo. Os profissionais que tiveram a oportunidade de participar relatam que essa reflexão sobre a atual situação das unidades educacionais do campo em Araucária se fazia necessária para que eles próprios pudessem rever suas práticas e refletir sobre a realidade do local onde está inserido.

Esta formação veio de encontro aos anseios dos profissionais que atuam no campo, pois até a presente data, muito se falou em escola do campo, porém foi a primeira vez que um curso de aperfeiçoamento nesta área foi oferecido extensivamente a todos os profissionais que atuam nessa área, bem como, estendido a toda comunidade (Ana Caroline Burda dos Santos, Elisângela de Lima, Marciele Bueno do Prado).

O curso teve personalidade, com atividades educacionais com os pares, com intenção de envolvimento com a comunidade e com o próprio campo de conhecimento (Cristina Alves da Silva, Helena Maria Teixeira, Maria Leila Feitosa).

A formação na sua totalidade nos trouxe um olhar diferenciado, mais atento aos sujeitos do campo e às especificidades do e no campo, assim como a necessidade de buscar melhorias para a valorização e fortalecimento da comunidade (Profissionais da Escola do Campo Municipal Rui Barbosa).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A Educação do Campo no município de Araucária teve um excelente resultado pós GPEDI. Em um dos encontros do curso de extensão, os participantes tiveram a oportunidade de discutir e refletir sobre questões relacionadas a atual educação do campo no município. Na ocasião eles apresentaram e registraram sugestões, ideias e encaminhamentos para melhorias nessa modalidade de ensino. Uma das sugestões foi a criação de um grupo de estudos para profissionais que

atuam no campo onde o objetivo maior era dar continuidade aos trabalhos iniciados no curso de extensão.

A Secretaria de Educação, na pessoa da coordenadora das escolas do campo, prontamente abraçou a sugestão e o grupo foi criado. Logo após a conclusão do curso de extensão, ocorreu a primeira reunião com representantes das unidades educacionais do campo e a partir de então surgiu no município de Araucária o GEPCAM (Grupo de Estudos dos Profissionais do Campo). Uma das primeiras atividades do grupo foi reunir todas as ideias e sugestões apresentadas pelos cursistas no processo de formação, organizá-las e transformá-las em um documento síntese para ser apresentado junto a Prefeitura Municipal de Araucária na tentativa de buscar melhorias e garantir direitos. Os encontros do GEPCAM são mensais e a escrita do documento síntese está em andamento. A cada encontro são discutidas as questões presentes nesse documento, buscando adequá-las e ampará-las às legislações já existentes.

O Grupo de estudos está na luta por uma educação de qualidade nas localidades do campo, tendo em vista a formação para o futuro. Precisamos adquirir conhecimentos, possuir teoria para aplicar na prática e assim lutarmos por nossos direitos. Para Caldart (2012, 262):

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos combates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo desenvolvido, é possível compreender a importância do respeito as especificidades, de que a educação deve ser trabalhada e aplicada de acordo com a necessidade daquele que aprende. As mudanças na sociedade determinam a necessidade de novos meios de aprendizagem que favoreçam não só o conhecimento, mas capacitem e desenvolvam o ser humano dentro da sua diversidade.

As considerações de Freire (2001, p. 20) descrevem em belas palavras como é importante o profissional da educação reconhecer que a educação não pode tudo, mas que deve contribuir para a transformação do mundo, no qual a diversidade seja respeitada e que todos possam se tornar iguais com as suas diferenças.

Pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa. Sua força, como costume dizer, reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais “redondo”, menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade (FREIRE; 2001, p. 20).

A forma tradicional de ensino, quase sempre é mais fácil para o profissional magistrado, mas os resultados, muitas vezes, não são atingidos de maneira produtiva respeitando a diversidade e especificidade do meio. É importante, acima de tudo, não só que o professor mude a maneira de concepção da educação a ser trabalhada no campo, mas que os poderes públicos auxiliem estes profissionais, disponibilizando cursos, formações e materiais aptos sobre a educação do campo, que ofereçam maneiras adequadas de trabalho de acordo com a região, respeitando as dificuldades de localização, a cultura, a etnia, o modo de vida da população entre outros, tornando assim, a educação um meio para o conhecimento sensato, respeitoso, que não torna os camponeses vergonhosos de sua origem e das suas relações com a sociedade, mas torna estes seres mais humanos com a sua naturalidade em benefício de um mundo mais igual em suas diferenças.

REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA. **Diretrizes Municipais de Educação**. Prefeitura do Município de Araucária: Secretaria Municipal de Educação. 1. ed. Araucária, 2012.

_____. **Plano Municipal de Educação: Araucária construindo uma educação com qualidade social**. Prefeitura do Município de Araucária: Secretaria Municipal de Educação. Araucária, 2015.

_____. **Resolução CME/ARAUCÁRIA nº 01/2016**. Disponível em: <<http://araucaria.pr.gov.br/grp/uploads/publicacao/31520.pdf>>. Acesso em: 09/11/2018.

_____. **Dados Gerais**. 2018. Disponível em: <<http://www.araucaria.pr.gov.br/portal/pagina.php?pagid=17>>. Acesso em: 09/11/2018.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Primeira Conferência Nacional - Por uma educação básica do campo: texto preparatório**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Política e Educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Usp, 2006.

SILVA, F. J.; LEITE, T. A. **Democracia e Empoderamento da Pessoa Humana**. 2018. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=934535dc581e59cf>>. Acesso em 24/10/2017.

SERE – SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO ESCOLAR. **Dados Escolas do Campo no Município de Araucária**. Set. 2018. Disponível em: <<https://www.sere.pr.gov.br/sere/relEscolaCensoNovo.do?action=exibir>>. Acesso em: 09/11/2018.

SILVA FILHO, J. A.; SILVA, A. J. L.; OLIVEIRA, M. J. S. **Breve relato histórico sobre educação no campo**. UERN, set. 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_24_09_2014_14_51_01_idinscrito_702_9a126717f9a3a9f8815229f3b3bc42e0.pdf> Acesso em: 17/10/2018.

APÊNDICE 1

DOCUMENTO SÍNTESE – GEPCAMP

24 de setembro de 2018

FINALIDADE: Este documento tem por objetivo elencar as demandas apresentadas pelas comunidades escolares do campo, com a finalidade de

subsidiar os encaminhamentos para a efetivação de políticas públicas, visando a melhoria contínua da Educação do Campo no município.

META: Políticas públicas específicas que garantam educação de qualidade à população do campo:

GESTÃO EDUCACIONAL

1. Aproximar a comunidade da escola, promovendo debates sobre questões do campo, valorizando as experiências e os saberes da comunidade;
2. Favorecer que os profissionais que atuam nas Unidades Educacionais do Campo participem na adequação de um planejamento referencial, que contemple os conhecimentos adquiridos e científicos, envolvendo Educação ambiental, organizações sociais e práticas agrícolas, respeitando as especificidades do campo;
3. Atualizar o PPP contemplando uma formação global do sujeito, que promova a autonomia, a emancipação, a criticidade, o respeito a diversidade e contemplando as especificidades da Educação do Campo, abordando flexibilização de horário e calendário escolar em virtude de possíveis dificuldades de acesso;
4. Elaborar de um Plano de Ação articulado das Unidades do Campo, para além do PPP;
5. Garantir divulgação, acesso e condições para implantar a EJA para a população do campo, conforme resolução nº01/2012 CME;
6. Fortalecer a educação no campo e do campo, nos sistemas de ensino: municipal, estadual e federal, fundamentado no princípio de formação integral do estudante, favorecendo a autonomia para escolha entre permanecer ou não no campo;
7. Articular junto a outras secretarias e instituições a promoção de práticas de cultura, esporte e lazer nas comunidades do campo;
8. Promover o acesso aos bens culturais (teatros, museus, cinema, parques, entre outros), acompanhando os avanços e demandas da sociedade, contribuindo para a transformação da realidade.

FORMAÇÃO CONTINUADA

1. Articular junto as instituições de ensino superior, ações com objetivo de estabelecer parcerias para a formação continuada dos profissionais que atuam com a educação do campo municipal;
2. Priorizar que a formação continuada dos educadores do campo, esteja de acordo com as especificidades do campo;
3. Pesquisar e registrar a história das comunidades das unidades educacionais do campo, por meio do processo de formação continuada;
4. Promover momentos de hora atividades coletivas, de forma rotativa, nas comunidades;

5. Dar continuidade ao trabalho do grupo de estudos sobre educação do campo;
6. Realizar seminário local de educação do campo, anualmente;
7. Reconhecer as lutas sociais do povo brasileiro do campo, suas necessidades e direitos, cultura, identidade, cidadania, especificidades, memória, promovendo constante diálogo/debate;
8. Promover discussões sobre educação ambiental, ecologia, preservação e outros fatores pertinentes, fortalecendo as comunidades do campo;

RECURSOS HUMANOS

1. Adequar o quadro de profissionais nas Unidades Educacionais do Campo;
2. Estabelecer critérios para a escolha de vagas nas Unidades Educacionais do Campo;

COMUNIDADE

1. Oferecer cursos profissionalizantes específicos para os moradores do campo, ofertados na própria comunidade, que ampliem as oportunidades de trabalho no local onde residem;
2. Articular junto as instituições de ensino superior, ações com objetivo de favorecer o acesso e permanência dos sujeitos do campo na educação superior;
3. Articular junto as secretarias competentes, políticas públicas que garantam o direito a educação no e do campo, abrangendo a melhoria das condições sociais dos moradores;
4. Trabalhar em rede com outras secretarias/suporte técnico, com ações na escola voltadas para a produção da comunidade local (horta, pomar, questões ambientais, entre outros);
5. Ampliar a prática das ações educativas para além do espaço escolar, incentivando o engajamento da comunidade local em organizações sociais, com os objetivos de: fortalecer o vínculo com o campo, combater a visão preconceituosa e estereotipada, valorizar a cultura local e compreender que campo e cidade estão intimamente interligados;

INFRAESTRUTURA

1. Permanência e construção de novas unidades educacionais do campo, em cada região, de acordo com a Lei 12.960 de 27 de março de 2014;
2. Infraestrutura adequada para as Unidades Educacionais:
 - a) Espaço físico adequado para atender as demandas (sala de aulas, sala de suporte pedagógico, sala de pedagogos, sala multifuncional, entre outras);
 - b) Meios de comunicação e tecnologia educacionais (multimídia, computadores, impressoras, entre outros);
 - c) Quadra poliesportiva com área coberta;

d) Biblioteca que atenda às necessidades pedagógicas, culturais e históricas;

APÊNDICE 2

FOTO DO ENCONTRO DE FORMAÇÃO Multiplicadoras: Clarice Mosson e Maria Francieli Sokulski Opalinski



